

AOS TRABALHADORES DAS ESCOLAS



Vamos entrar num ciclo eleitoral, marcado pela realização de três actos eleitorais: europeias, legislativas e autárquicas. Todas estas eleições assumem na actual situação económica e social uma grande importância e uma oportunidade para todos os trabalhadores demonstrarem o seu desagrado pelas políticas deste governo/PS.

Os últimos quatro anos ficaram marcados pelas atrocidades do PRACE e por um largo conjunto de medidas legislativas com as quais o Governo PS, refugiando-se numa dita modernização da Administração Pública, desferiu um ataque sem precedentes aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública, piorando as suas condições de vida e de trabalho e degradando ainda mais o seu poder de compra. Primeiro por causa do défice, depois por causa da crise, têm sido sempre os mesmos a pagar os efeitos da política de direita!

O Governo alterou as carreiras, os vínculos e as remunerações dos trabalhadores e criou uma nova filosofia de gestão, cujo fio condutor é a filosofia do despedimento fácil, da precariedade e da privatização de serviços públicos, conferindo poder discricionário às chefias, dando-lhes total liberdade de construir os mapas de pessoal para os “seus amigos”; o SIADAP, a Mobilidade Especial, o Estatuto Disciplinar

e a inadaptação convergem para esse objectivo de criação de condições para os despedimentos, contribuindo para a insegurança, instabilidade e receio dos trabalhadores, pondo em causa o papel e independência dos funcionários do Estado, tal como a Constituição os define e alargando as injustiças e dificuldades no funcionamento e qualidade dos serviços públicos.

Na verdade o que Sócrates conseguiu foi responder à pressão das clientelas económicas entregando-lhes lucros das funções do Estado designadamente nas áreas da saúde, educação e segurança social. Só assim se explica que haja o encerramento de serviços públicos de saúde e de educação depois surgem hospitais, universidades e colégios privados.

Também os trabalhadores não docentes das escolas públicas foram enganados pelas promessas de mudança política do governo PS/Sócrates, que a juntar retirada do vínculo, à destruição das carreiras e ao SIADAP, manteve no sector a mesma política de recursos humanos, inaceitável, baseada na precariedade de emprego, existindo actualmente milhares de trabalhadores a termo certo que terminam os contratos 31 de Agosto.

Impôs uma nova gestão que ressuscitou a figura do Director de escola de outros tempos e enfraqueceu ainda mais a



**nova política
uma vida melhor**



participação dos trabalhadores no processo educativo.

Impôs a municipalização de várias competências, que por imperativo constitucional devem manter-se na responsabilidade directa do Ministério da Educação, nomeadamente a gestão do pessoal não docente, pondo assim em causa a igualdade de tratamento dos trabalhadores do sector e a universalidade da educação e do ensino.

O PCP, solidário com a justa luta de todos trabalhadores da Administração Pública, assumindo as suas reivindicações e convicto de que a lei dos vínculos, carreiras e remunerações e as novas normas da aposentação, violam princípios constitucionais, desenvolveu esforços na Assembleia da República para reunir um numero mínimo de assinaturas necessárias (23=10% do total de deputados), para solicitar ao Tribunal Constitucional a fiscalização sucessiva da constitucionalidade daquelas leis.

Também no Parlamento Europeu os deputados da CDU defendem intransigentemente os direitos dos trabalhadores. Os nossos deputados europeus são os que mais trabalham e assumiram sempre a luta dos trabalhadores, opondo-se à liberalização dos serviços públicos e tendo tido um papel decisivo na derrota da intenção de

aumentar o tempo de trabalho até às 60 horas semanais.

Onde há deputados da CDU, seja na Assembleia da República, seja no Parlamento Europeu, temos provas dadas de que os trabalhadores estão melhor representados.

Em ano de eleições os trabalhadores da Função Pública, mais de 700 mil, têm forte oportunidade de julgar e condenar a acção do Governo PS/Sócrates e de exigir um novo rumo para a vida política nacional, continuando as lutas gigantescas que têm travado e levando a sua luta até ao voto.

Os trabalhadores não docentes vão saber dar a resposta que o Governo PS/Sócrates merece, mobilizando-se para derrotar através do voto estas políticas, criando assim as condições para alterar a situação inaceitável de precariedade existente nas escolas; pela criação de mapas de pessoal concelhios e a consequente integração de todos os trabalhadores que exerçam funções de natureza permanente, por uma avaliação de desempenho objectiva e imparcial e por uma escola pública de qualidade para a qual são indispensáveis os trabalhadores não docentes e que sem eles não funciona.

Por estas razões, quando maior for a força do PCP, CDU, no Parlamento Europeu e na Assembleia da República mais bem defendidos estarão todos os trabalhadores e seus direitos.

CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Mais força à CDU

EUROPEIAS 2009
SERVICIO - www.pcp.pt

PCP-PEV



**no Parlamento Europeu
na Assembleia da República
nas Autarquias**